



Relatório intercalar
Contas consolidadas
JUNHO 2013

Toyota Caetano Portugal, S.A.

OO ÍNDICE

01	Corpos Sociais em 31 de dezembro de 2012	3
02	Indicadores Financeiros Consolidados	5
03	Relatório Único de Gestão	7
04	Demonstrações Financeiras	22
05	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	67
06	Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada	69

The background features a light blue gradient with several dark blue, wavy, hand-drawn lines that sweep across the frame. A fine, light blue grid pattern is visible in the upper right quadrant, partially obscured by the wavy lines.

01

CORPOS
SOCIAIS

01 CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira **Presidente**
Manuel Fernando Monteiro da Silva **Vice-Presidente**
António Manuel de Oliveira Saramago **1º Secretário**
Maria Olívia Almeida Madureira **2º Secretário**

Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos **Presidente**
Takeshi Numa **Vogal**
Daniele Schillaci **Vogal**
Maria Angelina Martins Caetano Ramos **Vogal**
Salvador Acácio Martins Caetano **Vogal**
Miguel Pedro Caetano Ramos **Vogal**
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes **Vogal**
Shigeki Enami **Suplente**

Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes **Presidente**
Alberto Luís Lema Mandim **Vogal**
Akito Tamaki **Vogal**
Maria Lívia Fernandes Alves **Suplente**
Takao Gonno **Suplente**

Revisor Oficial de Contas

José Pereira Alves, ou por José Miguel Dantas Maio Marques
em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
António Joaquim Brochado Correia **Suplente**

02

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

02 INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

	JUN-13	JUN-12	JUN-11
Volume de Negócios	107.467.227	117.230.829	152.323.880
Cash-Flow Bruto	6.242.368	6.195.895	9.478.981
Encargos Financeiros Líquidos	1.009.932	1.632.907	-306.744
Custos com o Pessoal	18.274.762	18.744.423	22.582.870
Investimento Líquido	6.308.000	10.310.482	12.076.344
Volume de Emprego	1.512	1.770	1.778
Resultado Líquido com Int Não Controlados	-998.184	-2.354.115	495.492
Resultado Líquido sem Int Não Controlados	-923.092	-2.235.808	520.171
Grau de Autonomia Financeira	61,99%	53,80%	51,50%



03

RELATÓRIO ÚNICO
DE GESTÃO

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 246º número 1 alínea b) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório intercalar a seguir apresentado, contendo por cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal uma indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras.

Simultaneamente, ainda que de uma forma sintética, são também apresentadas as principais expectativas para o segundo semestre do exercício em curso.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Atividade Industrial

Unidade Fabril de Ovar

No primeiro semestre, a atividade fabril continuou marcada pela forte crise que se prolonga desde o final do ano de 2008.

Analisando os resultados, verificamos que foram produzidas na atividade Toyota 616 unidades, o que corresponde a um decréscimo de 33% face a igual período de 2012.

O mercado exportação registou um decréscimo de 27% comparativamente com o primeiro semestre de 2012, e no mercado nacional, um decréscimo de 13%.

A atividade PPO/PDI preparou 1.349 viaturas, o que corresponde a uma diminuição de 8% face a igual período do ano anterior.

Produção	2013 (JAN-JUN)	2012	2011	2010	2009	2008
Unidades Físicas Toyota	616	1.381	2.025	2.553	1.967	5.947
Unidades Físicas Mini Autocarros	0	0	12	91	86	154
Unidades Físicas Transformadas	1.349	2.174	4.274	6.316	5.677	10.046
Total Colaboradores	182	190	214	297	340	360

Também neste período se verificou o início da produção do novo modelo da Dyna 200.

De referir ainda que decorreu, em maio, a auditoria da APCER aos nossos sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente (ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012) e a primeira auditoria da Toyota Motor Europe ao Sistema Ambiental Toyota.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

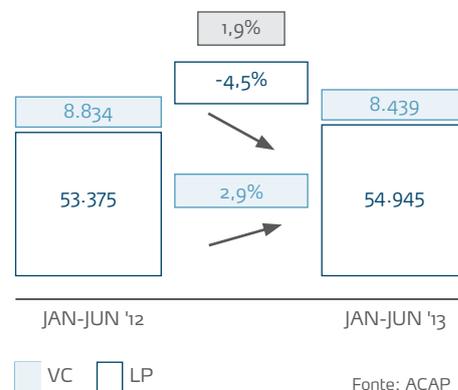
Atividade Comercial

Viaturas

Mercado total

O primeiro semestre de 2013 apresenta uma ligeira recuperação, com o total de mercado a crescer cerca de 2%, quando comparado com o período homólogo do ano anterior, totalizando 63.384 unidades.

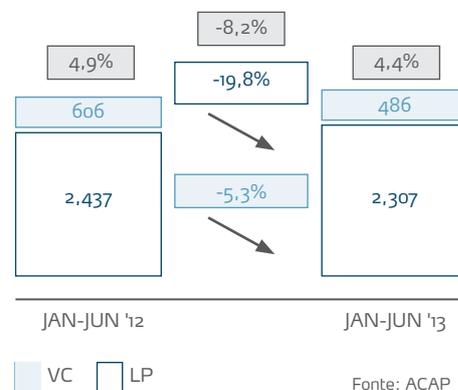
Esta recuperação assenta no crescimento de 2,9% das viaturas de passageiros, por sua vez as viaturas comerciais apresentam uma quebra de 4,5%.



TOYOTA

No primeiro semestre do ano, a Toyota apresenta um total de vendas de 2.793 unidades, traduzindo-se numa quebra de 8,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Estes resultados resultam numa quota de mercado total de 4,4% no primeiro semestre do ano.



Face ao ambiente macroeconómico extremamente adverso, e com um mercado automóvel praticamente estagnado, a performance da marca no primeiro semestre é explicada pelos seguintes fatores

- Nos **Ligeiros de passageiros**, a Toyota apresenta uma quebra de cerca de 5% e uma quota de mercado de 4,2% (-0,4 p.p. face a 2012).

Esta evolução ao nível de quota fica a dever-se essencialmente a:

- Crescimento das vendas a Rent-a-Car, do mercado premium e de sub-segmentos onde a marca não está presente; Apesar destes resultados, há a salientar a boa performance nos modelos Auris (14,5% de quota de mercado), Avensis (14,4% de quota de mercado) e Verso (15,7% de quota de mercado), que ocupam o Top 3 nos sub-segmentos onde concorrem.

- Nas **Viaturas Comerciais**, a Toyota apresenta uma quebra de cerca de 20%, com uma quota de mercado de 5,8% (-1,1 p.p. face a 2012).

Esta performance é justificada essencialmente por:

- Em virtude da descontinuação do modelo Hiace, a Toyota não esteve presente, durante o primeiro semestre do ano, no segmento dos Furgões (representa 22% do mercado das viaturas comerciais);
- Crescimento do segmento dos Combos, onde a Toyota não está presente (representa 47% do mercado das viaturas comerciais).

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

No primeiro semestre, a marca esteve presente apenas em 1/3 do mercado das viaturas comerciais. Hilux e Dyna ocupam o 1º lugar nos segmentos onde competem, com quotas de mercado de 29% e 28% respetivamente.

Para o segundo semestre do ano, as perspetivas são favoráveis fruto do lançamento de novos produtos que contribuem para o incremento da cobertura de mercado da marca (aproximadamente 12%).

- Auris Touring Sports (novo modelo permite concorrer no importante segmento C-SW, que representa 9% do total do mercado de passageiros);
- Corolla;
- Rav4;
- ProAce (novo modelo que assegura a presença de marca no segmento dos Furgões (22% do mercado das viaturas de comerciais).

Mercado Premium

A evolução do mercado premium no primeiro semestre de 2013 foi positiva. Este segmento de mercado apresentou num crescimento considerável de 12%, face ao registado no mercado total de passageiros de apenas 3%.

Esta realidade implica um aumento do peso do mercado premium no total de mercado de passageiros, passando dos 23% para os 25% - um acréscimo de 2 p.p. – esta performance é justificada por:

- Alargamento da oferta das marcas premium a segmentos inferiores;
- Aumento da agressividade comercial das principais marcas premium.

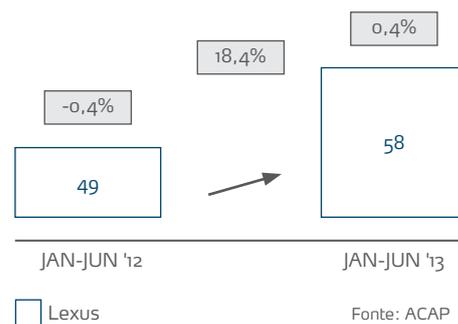
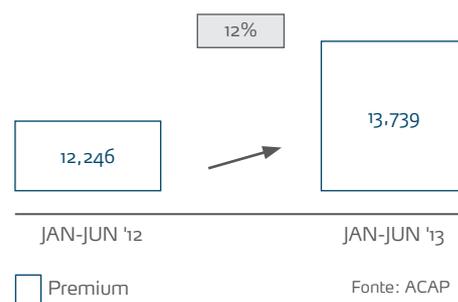
LEXUS

Em linha com a tendência de mercado, a Lexus apresenta um crescimento face ao ano transato, superior a 18%, o que permitiu manter a quota de mercado de 0,4 p.p..

Esta performance justifica-se pelo acréscimo da agressividade comercial suportada por campanhas bem sucedidas nos modelos CT e IS.

Para o segundo semestre prevê-se uma melhoria na performance de vendas fruto dos lançamentos de novos produtos:

- Nova geração IS-h
- Série especial no modelo CT
- Nova motorização 2.5H no modelo GS.



03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Máquinas industriais

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO MMC			VENDAS TOYOTA+BT				
	1º sem.		Varição	1º sem. '12		1º sem. '13		Varição
	'12	'13	%	Qtd.	Quota	Qtd.	Quota	%
Empilhadores Contrabalançados	334	362	8,4%	88	23,6%	56	15,5%	-36,4%
Equipamento de Armazém	423	515	21,7%	83	19,6%	166	32,2%	100,0%
Total MMC	757	877	15,9%	171	22,6%	222	25,3%	29,8%

Fonte: ACAP

Mercado

Findo o primeiro semestre de 2013, verifica-se que globalmente o mercado nacional de máquinas de movimentação de cargas (MMC) se comportou de forma positiva, registando um crescimento de 15,9% comparativamente com igual período de 2012. Este crescimento é justificado pelo facto do ano passado se ter registado uma quebra bastante acentuada e, portanto, a base de comparação ser baixa. A atual crise económico-financeira e a consequente quebra da atividade, tem provocado quer o adiamento da renovação de frotas, quer mesmo a devolução de algumas máquinas.

Por segmento, verifica-se que o mercado de empilhadores contrabalançados cresceu 8,4% e o mercado de equipamento de armazém cresceu 21,7%.

Vendas Toyota + BT

Globalmente as nossas vendas cresceram 29,8%, mais do que o mercado, permitindo a manutenção da liderança da Toyota + BT com uma quota de 25,3%.

Em relação aos Empilhadores Contrabalançados Toyota foram vendidos, nos primeiros 6 meses do ano, 56 unidades, representando um decréscimo de vendas de 36,4% com uma quota acumulada de 15,5%.

No tocante ao Equipamento de Armazém BT, o volume de vendas duplicou passando de 83 unidades em 2012 para 166 em 2013, devido a alguns negócios frotistas, atingindo uma quota acumulada a junho de 32,2%.

Peças

Vendas globais

(milhares euros)

produto	Vendas 1ºSem. 2012	Vendas 1ºSem. 2013	Cresc. % 2013/2012
Peças/Acessórios/Merchandising	17.904	17.139	-4,3%
Serviços Extracare/Eurocare	426	325	-23,6%
Total	18.330	17.464	-4,7%

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

A Divisão de Após-venda Toyota apresentou, no final do primeiro semestre de 2013, uma faturação total de 17 milhões de euros, em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um decréscimo de 4,3% relativamente ao primeiro semestre de 2012.

Também na faturação dos serviços Extracare e Eurocare se regista um decréscimo de 23,6% face ao primeiro semestre de 2012. A faturação destes serviços está diretamente relacionada com a venda de viaturas novas, apresentando tendencialmente uma variação semelhante a esta atividade.

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-venda. Para este cliente, destinou-se, durante o primeiro semestre do corrente ano 93,4% da faturação global, o equivalente a 16 milhões de euros. Este valor representa contudo um decréscimo de 2,9% quando comparado com o realizado em 2012.

O primeiro semestre de 2013 continuou a caracterizar-se pela conjuntura económica de retração nacional, instalada já desde 2011.

Neste contexto em que o mercado automóvel é especialmente atingido, a TCAP manteve-se empenhada em dinamizar programas que contrariam os resultados deste clima económico desfavorável.

Destacamos algumas das medidas tomadas, com especial incidência para a retenção dos clientes à oficina Toyota:

- Oferta do contrato de manutenção 3 anos/45.000 km na aquisição dos modelos Auris e Verso.
- Ação de Retenção de Clientes “Plano 5+”, que decorrerá durante o ano de 2013, com diversos incentivos ao longo do ano. Neste primeiro semestre decorreu já a oferta do check-up gratuito e de atrativos preços para mudança de óleo e filtro e para peças de travagem.
- Introdução dos “Contratos de Manutenção” para a NG RAV4, NG Auris Touring Sports.
- Lançamento dos “Contratos de Manutenção” para as viaturas usadas, até 4 anos ou 60.000 km. Mais uma vez, fica garantido, durante o período do contrato, o encaminhamento da viatura para a realização das manutenções nas oficinas Toyota.
- Disponibilidade de um novo portal que possibilita contactos proativos ao cliente, no momento em que está previsto que este possa necessitar dos serviços Toyota.
- Campanha de incentivo às vendas do “Seguro em Circulação” para viaturas Toyota e Lexus, em que se ofereceu um aumento dos descontos.
- Dinamização do programa Toyota Apoio 24, com oferta do documento de declaração amigável de acidente, aos clientes da oficina.

Adicionalmente, foram tomadas outras medidas no sentido de dinamizar a atividade do Após-venda, tais como:

- Lançamento do Programa Premium Trade 2013, destinado aos clientes de peças do Balcão Público. Este programa promove a dinamização das vendas itinerantes.
- Campanha de Para-brisas, com início em dezembro de 2012 e que se manterá durante 2013. Esta campanha oferece atrativos preços nestas peças de colisão (redução de 25% no preço).
- Lançamento do Catálogo de Acessórios Online, onde podem ser consultados os acessórios disponíveis para todos os modelos em comercialização. Este catálogo é atualizado diariamente.
- Contínuo acompanhamento e incentivo à venda dos produtos considerados “oportunidades de negócio”. Com esta ação procura-se dinamizar o conceito de vendas adicionais, gerando-se assim maior rentabilidade para as Concessões.
- Permanente divulgação ao longo do ano, do negócio dos pneus, inserido por exemplo nas campanhas de retenção de clientes.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO AUTO, S.A.

Apesar de enquadrada na atual recessão do mercado, a Caetano Auto estabilizou o seu volume de negócios, registando neste primeiro semestre valores análogos ao de igual período do ano anterior. (3.255 unidades registadas no primeiro semestre de 2013 contra 3.221 em igual período de 2012).

Por outro lado, o EBITDA global (indicador que não inclui o elevado peso das amortizações) registou neste semestre um acumulado positivo de 1,3 milhões euros contra os somente 0,5 milhões euros registados em junho de 2012.

Entretanto, a gestão cuidada de todas as despesas da Empresa, permitiu também reduções generalizadas sobretudo nos FSE's e Gastos com pessoal que se aproximaram dos 0,6 milhões euros.

AUTO PARTNER – COM. AUTOMÓVEIS, S.A.

No relato das contas do ano passado, previa-se já um ano de 2013 difícil e em plena recessão económica.

De facto, no primeiro semestre de 2013 verificou-se a continuidade da crise já registada no exercício anterior. Contudo e apesar deste cenário, a Auto Partner – Comércio de Automóveis conseguiu manter o volume de negócios nos níveis do ano anterior, registando mesmo um ligeiro acréscimo das unidades vendidas ao registar um acumulado a junho 2013 de 201 unidades, contra as 173 de igual período no ano anterior.

Entretanto, da análise por atividades, é notória a dependência atual do desempenho do Após-venda para o EBITDA positivo da Empresa, contrariamente aos resultados negativos das atividades de venda de viaturas.

De facto, o esforço na melhoria das taxas de ocupação das nossas oficinas tem surtido efeito, concretizando-se numa atividade com resultados positivos, mesmo neste período de crise.

Complementarmente esta Empresa tem também procedido a reestruturações internas para melhor aproveitamento das sinergias disponíveis, concretizando-se desde já numa redução de cerca de 40 mil euros só nos FSE's contabilizados.

No mesmo sentido e continuando a ajustar a estrutura da Empresa ao mercado atual, a Auto Partner – Comércio de Automóveis desativou também as instalações de Ermesinde, Leça e Trofa, procurando que os negócios desses locais se mantivessem na Empresa agora em instalações na proximidade destes.

CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.

Apesar da crise económica que atravessamos, o volume de faturação da Caetano Colisão (Norte), neste semestre, manteve-se nos níveis já registados em igual período do ano anterior.

Para esse facto muito contribuíram os esforços para angariar e fixar os grandes clientes, como gestoras de frotas e seguradoras, no sentido de otimizar a estrutura instalada e assim potenciar os resultados.

Entretanto, a Empresa prevendo as dificuldades atuais do mercado, mantém-se atenta procurando reavaliar e ajustar permanentemente toda a estrutura da organização, garantindo já neste primeiro semestre reduções nas despesas comparativamente a igual período do ano anterior, nomeadamente em FSE's e Despesas com o pessoal.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO AUTO CABO VERDE, S.A.

Viaturas

MERCADO	MARCA	2013	2012	Variação	
		1º Semestre	1º Semestre	Qtd.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	10	36	-26	-72,22%
	Daihatsu	3	7	-4	-57,14%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	48	60	-12	-20,00%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	32	30	2	6,67%
		93	133	-40	-30,08%

A Caetano Auto CV apresentou uma quebra acentuada (-30,08% vs período homólogo) no primeiro semestre de 2013. O mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros registou uma quebra de 72,22% sentida sobretudo no modelo Corolla devido à não atribuição de isenção de direitos aduaneiros às empresas de táxi.

A eliminação da isenção de direitos aduaneiros para as entidades estatais, a falta de liquidez da banca e a escassez de obras em carteira nas empresas de construção civil são outras das razões mais relevantes que contribuíram para o decréscimo verificado no número de unidades vendidas no primeiro semestre de 2013.

Após-venda

MERCADO	2013	2012	Variação	
	1º Semestre	1º Semestre	Qtd.	%
Peças/Acessórios	73.966	80.613	-6.647	-8,25%
Oficina (Mão-de-Obra)	15.765	16.531	-766	-4,63%
	89.731	97.144	-7.413	-7,63%

(Valores em Milhares ECV)

Durante o primeiro semestre de 2013, a Caetano Auto CV faturou 73.966 Milhares ECV em peças e acessórios, o que se traduz numa quebra de 8,25% em relação ao período homólogo do 2012. Já a faturação oficial decresceu 4,63% relativamente ao período homólogo do ano transato.

Ao nível do Após-Venda continuamos a sentir forte concorrência do mercado tradicionalmente designado de after-market o que se traduz num decréscimo no volume de vendas ao balcão e facturação às seguradoras.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO RENTING, S.A.

O Volume de Negócios do período rondou os 1,8 milhões euros, o que em comparação com igual período do ano anterior, representa uma diminuição de cerca de 17,77%.

Esta redução deve-se ao facto da frota total da empresa no final do primeiro semestre, ser composta por 1.383 unidades, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 34,14%, comparativamente com o primeiro semestre do ano transato.

O total de veículos em Frota, apresenta a seguinte estrutura:

Veículos Ligeiros Passageiros:	1.088 uts	(79,67%)
Veículos Comerciais Ligeiros:	41 uts	(2,96%)
Máquinas Industriais:	254 uts	(18,37%)

A redução significativa da frota contribuiu, por sua vez, para o decréscimo de cerca de 34% das reintegrações contabilizadas.

No mês de junho foram adquiridas 255 viaturas, para o segmento das RAC's, cujo impacto no Volume de Negócios apenas terá efeitos no próximo semestre.

CAETANO COMPONENTS, S.A.

Em 2012, a Caetano Components levou a cabo uma reestruturação da sua atividade, de forma a adaptar a sua estrutura, quer ao nível das competências técnicas quer ao nível dos seus recursos humanos e físicos, para tornar a sua atividade competitiva e rentável.

Assim, a estrutura organizacional desta empresa foi adaptada ao fabrico do chassis C5, que é um produto Caetano desenvolvido por uma empresa do Grupo Salvador Caetano - CaetanoBus.

Esta atividade é de extrema importância na cadeia de valor de produção de carroçarias. No entanto, a crise económica que atravessa a Europa tem congelado o volume de negócios previsto para este segmento.

Assim, o primeiro semestre de 2013 caracterizou-se por uma redução do volume de negócio em relação a igual período de 2012 de aproximadamente 72 %, levando à necessidade de serem pensadas novas medidas de reestruturação que permitam à Empresa ultrapassar os problemas económicos que enfrenta.

MOVICARGO

Empresa sem atividade no período em análise e em fase de implementação do seu encerramento formal.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

ATIVIDADE FINANCEIRA

Análise consolidada

No período em análise, comparativamente com o homólogo de 2012, o perímetro de consolidação do grupo Toyota Caetano Portugal modificou-se por via da integração da empresa CAISB – Companhia Imobiliária Administradora São Bernardo, S.A., não sendo significativo o seu impacto.

De forma a contextualizar a análise financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, encontra-se refletido no quadro abaixo a síntese dos principais indicadores consolidados, em termos comparativos, com os valores expressos em euro:

	JUN-12	JUN-13	Varição
Volume de negócios	117.230.829	107.467.227	-8%
Lucro bruto	29.519.248	25.747.058	-13%
%	25%	24%	
E.B.I.T.D.A.	7.748.006	7.035.697	-9%
%	7%	7%	
Resultados antes de impostos	-2.729.601	-643.985	76%
%	-2%	-1%	
Cash Flow (RAI+Depreciações)	5.745.052	6.152.304	7%
%	5%	6%	
Dívida financeira líquida	48.263.310	21.752.855	-55%
Grau de autonomia financeira	54%	61%	

Neste primeiro semestre de 2013, o grupo registou um volume de negócios consolidado de cerca de 107 milhões de euros, manifestando um decréscimo de 8% face ao período homólogo de 2012, consequência do atual contexto macroeconómico e do comportamento recessivo que o setor automóvel tem evidenciado.

O quadro abaixo evidencia o contributo de cada empresa participada para o volume de negócios consolidado, sendo visível uma quebra generalizada de faturação nas empresas de componente industrial, assumindo o retalho automóvel um comportamento positivo que pode indiciar o princípio de um ciclo de recuperação do setor, há tanto esperado.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

	JUN-12	JUN-13	Varição
Toyota Caetano Portugal	46.661.282	38.525.233	-17%
Caetano Components	2.299.152	661.249	-71%
Caetano Auto CV	4.088.550	3.079.437	-25%
Caetano Renting	2.124.591	1.680.432	-21%
Caetano Auto	56.942.987	58.531.070	3%
Auto Partner Com. Aut.	2.577.758	2.643.779	3%
Caetano Colisão Norte	2.536.508	2.346.028	-8%
Volume de negócios consolidado	117.230.829	107.467.227	-8%

Os resultados operacionais surgiram positivos em cerca de 366 mil euros, refletindo uma notória recuperação face ao ano anterior, período em que se registou um valor negativo de 1,1 milhões de euros. Esta recuperação denota a política de contenção de gastos que tem vindo a ser praticada mas surge essencialmente por via da quebra significativa dos gastos em amortizações e depreciações, devido à redução de frota automóvel no *renting* e ao fim de período de depreciação de equipamento e instalações, nomeadamente na unidade fabril de Ovar.

O resultado antes de impostos, negativo em cerca de 644 mil euros, evidencia uma evolução favorável, face a junho de 2012, tendo para isso contribuído de forma significativa a componente financeira, ao registar gastos financeiros líquidos de cerca de 1 milhão de euros, comparativamente com os 1,6 milhões suportados no ano anterior.

Perante uma contínua subida generalizada dos spreads, não compensada pela descida que se tem vindo a verificar nas taxas de juro de referência, a evolução favorável dos resultados financeiros foi possível por via da substancial redução de dívida financeira, preocupação constante do Grupo por forma a ser detentor de uma estrutura financeira equilibrada e que se traduz na evolução favorável do Grau de Autonomia Financeira para 61% quando em 2012 se situou em 54%.

03 ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

PERSPETIVAS 2013

Pelo o que atrás já ficou expresso, tudo indica que a crise sentida no setor Automóvel terá já “batido no fundo”. Ao ligeiro crescimento do mercado no primeiro semestre de 2013, irão por certo juntar-se agora medidas de desenvolvimento económico e de incentivo ao investimento. Como exemplo, o Parlamento acaba de aprovar o estudo de um regime de incentivos que promove a compra de veículos novos.

Julgamos que o segundo semestre de 2013 não deixará de refletir a tendência ainda que muito moderada de recuperação do mercado automóvel.

Por outro lado, e no que respeita às marcas que representamos, não será de todo despiciendo o facto da introdução de novos modelos (Auris Touring Segmento C, VAN Proace e Lexus híbrido IS 300h) nos irem por certo permitir uma recuperação de quotas e volumes acrescidos de negócio que nos levam a perspetivar um segundo semestre algo melhor que este primeiro, contando nós que, em termos acumulados, o Grupo Toyota Caetano possa cumprir os seus objetivos orçamentais de proximidade do seu ponto crítico de vendas e correspondente equilíbrio de resultados.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao primeiro semestre de 2013, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do CVM.

Vila Nova de Gaia, 27 de agosto de 2013

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO E TRANSAÇÕES DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea d) do artigos 9.º e do número 7 do artigo 14.º ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

TAKESHI NUMA (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DANIELE SCHILLACI (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., da qual é Vice-Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

03 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada.

SHIGEKI ENAMI (Suplente do Conselho de Administração): - Não tem ações nem obrigações.

CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes - Não tem ações nem obrigações.

Akito Takami - Não tem ações nem obrigações.

Alberto Luis Lema Mandim - Não tem ações nem obrigações.

Maria Livia Fernandes Alves (Suplente do Conselho Fiscal) - Não tem ações nem obrigações

Takao Gonno (Suplente do Conselho Fiscal) - Não tem ações nem obrigações

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ou por Dr. José Miguel Dantas maio Marques - Não tem ações nem obrigações.

03 ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 448º do c.S.C.)

Participações superiores a um décimo do capital

ACIONISTAS	Ações Detidas em 31.12.2012	Ações Adquiridas em 2013	Ações Vendidas em 2013	Ações Detidas em 30.06.2013
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	—	—	9.450.000

Participações superiores a metade do capital

ACIONISTAS	Ações Detidas em 31.12.2012	Ações Adquiridas em 2013	Ações Vendidas em 2013	Ações Detidas em 30.06.2013
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	21.288.281	—	—	21.288.281

Lista de participações qualificadas superiores a 2% do capital social

ACIONISTA	Ações	% dos direitos de voto
Grupo Salvador Caetano - SGPS, S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros De)	1.399.255	3,998

Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.,
em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:

Millennium Ações Portugal	630.540	1,80
Millennium PPA	473.468	1,35
Millennium Poupança PPR	71.826	0,21
Millennium Investimento PPR	41.205	0,12
Millennium Aforro PPR	9.896	0,03

The background of the page features a light blue gradient with several dark blue, wavy, hand-drawn lines that sweep across the frame. A fine, light blue grid pattern is visible in the upper portion of the image, partially obscured by the larger wavy lines.

04

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2013 e dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30-06-2012	31-12-2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	669.800	735.848
Ativos fixos tangíveis	5	83.217.891	83.466.849
Propriedades de investimento	6	15.750.790	16.002.786
Investimentos disponíveis para venda	9	3.259.751	3.181.038
Outras dívidas de terceiros		313.000	313.000
Ativos por impostos diferidos	14	3.383.675	3.440.928
Clientes	11	101.435	111.718
Total de ativos não correntes		107.308.339	107.864.164
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10	41.019.463	44.835.859
Clientes	11	42.607.311	42.891.844
Outras dívidas de terceiros	12	6.139.000	7.657.930
Estado e outros entes públicos	20	1.035.996	228.104
Outros ativos correntes	13	2.480.112	2.995.638
Caixa e equivalentes a caixa	4	6.400.742	7.507.699
Total de ativos correntes		99.682.624	106.117.074
TOTAL DO ATIVO		206.990.963	213.981.238
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	15	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	15	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	15	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	15	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	15	181.168	102.455
Outras reservas		81.324.070	84.174.774
Resultado consolidado líquido do exercício		(923.092)	(2.853.034)
		127.580.995	128.423.044
Interesses não controlados	16	733.867	812.346
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		128.314.862	129.235.390
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	14.310.577	15.442.693
Responsabilidades por pensões	22	499.600	1.051.264
Provisões	23	326.364	315.464
Passivos por impostos diferidos	14	2.499.172	2.499.172
Total de passivos não correntes		17.635.713	19.308.593
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	13.843.020	24.991.635
Fornecedores	18	22.151.180	18.105.176
Outras dívidas a terceiros	19	2.117.958	2.445.622
Estado e outros entes públicos	20	7.865.660	5.925.322
Outros passivos correntes	21	14.775.171	13.364.892
Instrumentos financeiros derivados	24	287.399	604.608
Total de passivos correntes		61.040.388	65.437.255
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		206.990.963	213.981.238

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira
 O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	30-06-2013	01-04 A 30-06- 20123 (Não auditado)	30-06-2012	01-04 A 30-06-2012 (Não auditado)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS:					
Vendas	26	98.691.430	53.840.273	107.437.146	58.111.831
Prestações de serviços	26	8.775.797	4.423.208	9.793.683	4.693.394
Outros rendimentos operacionais	29	16.841.971	8.177.714	16.358.765	8.290.262
Variação da produção	10	705.030	389.812	(480.672)	(2.912.083)
Total de rendimentos operacionais		125.014.228	66.831.007	133.108.922	68.183.404
GASTOS OPERACIONAIS:					
Custo das vendas	10	(81.720.169)	(45.087.454)	(87.711.581)	(45.704.417)
Fornecimentos e serviços externos	27	(17.008.440)	(8.871.378)	(17.776.068)	(9.187.019)
Gastos com o pessoal	28	(18.274.762)	(9.359.203)	(18.744.423)	(9.425.718)
Amortizações e depreciações	5,6 e 8	(6.796.289)	(3.472.422)	(8.474.653)	(4.386.739)
Provisões e perdas por imparidade	23	126.539	160.725	(370.047)	(228.399)
Outros gastos operacionais	29	(975.160)	(421.261)	(1.128.844)	(411.765)
Total de gastos operacionais		(124.648.281)	(67.050.993)	(134.205.616)	(69.344.057)
Resultados operacionais		365.947	(219.986)	(1.096.694)	(1.160.653)
Gastos e perdas financeiros	30	(1.499.913)	(679.115)	(1.732.981)	(974.897)
Rendimentos e ganhos financeiros	30	489.981	244.696	100.074	-
Resultados antes de impostos		(643.985)	(654.405)	(2.729.601)	(2.135.550)
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	25	(354.199)	(127.776)	375.486	218.440
Resultado líquido consolidado do exercício		(998.184)	(782.181)	(2.354.115)	(1.917.110)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS					
ATRIBUÍVEL:					
ao Grupo		(923.092)	(712.260)	(2.235.808)	(1.790.941)
a interesses não controlados		(75.092)	(69.921)	(118.307)	(126.169)
		(998.184)	(782.181)	(2.354.115)	(1.917.110)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO					
ATRIBUÍVEL:					
ao Grupo		(923.092)	(712.260)	(2.235.808)	(1.790.941)
a interesses não controlados		(75.092)	(69.921)	(118.307)	(126.169)
		(998.184)	(782.181)	(2.354.115)	(1.917.110)
RESULTADOS POR AÇÃO:					
de operações continuadas	36	-0,029	-0,022	-0,067	-0,055
de operações descontinuadas		—	—	—	—
Básico		-0,029	-0,022	-0,067	-0,055
de operações continuadas	36	-0,029	-0,022	-0,067	-0,055
de operações descontinuadas		—	—	—	—
Diluído		-0,029	-0,022	-0,067	-0,055

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	14.396	86.270.795	98.284.040	(2.218.405)	131.065.635	1.058.180	132.123.815
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2011											
Outros	-	-	-	-	-	(2.218.405)	(2.218.405)	2.218.405	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	(2.218.405)	(2.218.405)	2.218.405	-	(9.818)	(9.818)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	93.515	(15.520)	77.995	(2.235.808)	(2.157.813)	(118.307)	(2.276.120)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	107.911	84.036.870	96.143.630	(2.235.808)	128.907.822	930.055	129.837.877
Alterações no período:											
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2012:											
Outros	-	-	-	-	-	(2.853.034)	(2.853.034)	2.853.034	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	2.330	2.330	-	2.330	(3.387)	(1.057)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	-	(2.850.704)	(2.850.704)	2.853.034	(844.379)	(75.092)	(919.471)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	181.168	81.324.070	93.504.087	(923.092)	127.580.995	733.867	128.314.862

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira
 O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral para os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e de 2012

(Montantes expressos em euros)

	IAS/IFRS 30/06/13	IAS/IFRS 30/06/12
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	(998.184)	(2.354.115)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	78.713	93.515
Outros	—	(15.520)
Rendimento integral consolidado do período	(919.471)	(2.276.120)
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	(844.379)	(2.157.813)
Interesses não controlados	(75.092)	(118.307)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(Montantes expressos em euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	JUN-13		JUN-12	
Recebimentos de Clientes	120.111.772		135.935.389	
Pagamentos a Fornecedores	(88.680.875)		(94.069.370)	
Pagamentos ao Pessoal	(15.282.519)		(15.658.335)	
Fluxo gerado pelas Operações		16.148.378		26.207.684
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(680.273)		(396.277)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		(1.703.594)		(12.413.329)
Fluxo das Atividades Operacionais		13.764.511		13.398.078
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	JUN-13		JUN-12	
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	-		-	
Ativos Fixos Tangíveis	4.320.490		6.151.050	
Ativos Intangíveis	-		-	
Subsídios de Investimento	9.972		11.893	
Juros e Rendimentos Similares	66.723		776	
Dividendos	-	4.397.185	-	6.163.719
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	-		(5.000.000)	
Ativos Fixos Tangíveis	(3.169.013)		(7.315.542)	
Ativos Intangíveis	(5.000)	(3.174.013)	(594)	(12.316.136)
Fluxo das Atividades de Investimento		1.223.172		(6.152.417)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	JUN-13		JUN-12	
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	16.437	16.437	1.579.785	1.579.785
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	(12.293.909)		(11.843.377)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(2.247.188)		(717.182)	
Juros e Gastos Similares	(1.562.422)		(1.748.998)	
Dividendos	(7.558)	(16.111.077)	(3.985)	(14.313.542)
Fluxo das Atividades de Financiamento		(16.094.640)		(12.733.757)
CAIXA E EQUIVALENTES	JUN-13		JUN-12	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	7.507.699		18.006.246	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	6.400.742		12.518.150	
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	(1.106.957)		(5.488.096)	

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados
Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

RUBRICAS	JUN-13	JUN-12
Numerário	152.577	254.957
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	6.246.191	12.190.071
Equivalentes a Caixa	1.974	73.122
Caixa e Seus Equivalentes	6.400.742	12.518.150
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	6.400.742	12.518.150

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

Montantes expressos em euros

1. Nota introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

Em 30 de junho de 2013, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são as que constam da Nota 3.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3.

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras intercalares, preparadas de acordo com o normativo referido não incluem a totalidade da informação a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2012, presente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foi sujeita a auditoria.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, foram adotadas pela primeira vez neste período:

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2013:**i. Normas:**

IAS 1 (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras'. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento'. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 19 (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados'. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. Esta revisão foi tida em consideração nas Demonstrações financeiras da Entidade.

Melhorias às normas 2009-2011, ciclo de melhoria anual de 2009-2011, o qual afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias não tiveram impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 1 (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.

IFRS 1 (alteração) 'Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo'. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. Esta alteração (não) teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.

IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A entrada em vigor desta nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. A entrada em vigor desta nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. A entrada em vigor desta nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – ‘Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Estas alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRSs. A entrada em vigor desta nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 7 (alteração), ‘Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros’. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 28 (revisão 2011) ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. Esta revisão não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

ii. Interpretações:

IFRIC 20 (nova), ‘Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto’ Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina a céu aberto, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidades adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. A entrada em vigor desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b. Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2013 ou em data posterior:

i. Normas

Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – “Entidades gestoras de participações financeiras” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar as entidades controladas que são geridas no âmbito de um portefólio de investimentos, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que estes investimentos são mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. A Entidade aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

IAS 32 (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

IAS 39 (alteração) ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração introduz uma exceção à obrigação de desreconhecer a contabilidade de cobertura, quando se verifica a alteração da contraparte num contrato de instrumentos financeiros derivados, desde que esta seja requerida por lei e estejam cumpridos determinadas condições. A Entidade aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

IAS 36 (alteração) ‘Divulgações de valor recuperável para ativos não financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A alteração surge na sequência da emissão da IAS 13 - ‘Justo valor: mensuração e divulgação’, removendo a exigência de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (‘UGC’) com *goodwill* e/ou ativos intangíveis com vida útil indefinida associados quando não foi reconhecida imparidade. A alteração obriga ainda à divulgação do valor recuperável de um ativo ou UGC quando se verificar a reversão, ou reconhecimento, de perdas de imparidade, e divulgações detalhadas sobre a forma como o justo valor menos custos estimados de venda foram estimados, perante o mesmo tipo de situação. A Entidade aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

IFRS 9 (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

ii. Interpretações:

IFRIC 21 (novo), ‘Taxas do Governo’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta é uma interpretação à IAS 37, respeitante à contabilização das taxas cobradas pelo Governos. A interpretação clarifica que o evento que leva ao reconhecimento da obrigação de pagamento de taxas do Governo corresponde à atividade descrita

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

na legislação relevante que obriga a Entidade a pagar estas taxas, indicando ainda o momento em que a responsabilidade tem de ser reconhecida. A Entidade aplicará esta interpretação no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

2.2 Princípios de consolidação e principais critérios valorimétricos

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas divulgadas no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2013.

Política de gestão de riscos financeiros

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito. Conforme referido anteriormente, os mesmos encontram-se devidamente descritos no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.

Neste contexto, apresentam-se, em seguida, alguns indicadores de risco a 30 de junho de 2013, considerados particularmente relevantes:

i. Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto CV), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 30 de junho 2013, 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em euros) do Grupo registados em moeda diferente do euro em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 junho 2012 apresenta-se como se segue:

	ATIVOS			PASSIVOS		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.812.021	7.396.636	7.558.305	1.000.163	1.426.606	1.485.957
Libra Esterlina (GBP)	192.976	302.278	370.039	-	-	3.466
Coroa Sueca (SEK)	101.618	55.732	41	-	-	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	-	211.891	39.216	377.326
Dólar Americano (USD)	10.542	-	18.661	-	-	859
Coroa Norueguesa (NOK)	1.227	1.918	202.345	-	-	-
Coroa Dinamarquesa (DKK)	51.313	146.150	224.256	-	-	-

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	JUN-13		DEZ-12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	(7.909)	290.593	(7.495)	298.502
Libra Esterlina (GBP)	5%	9.649	-	15.114	-
Coroa Sueca (SEK)	5%	5.081	-	2.787	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(9.406)	-	(1.961)	-
Dólar Americano (USD)	5%	527	-	-	-
Coroa Norueguesa (NOK)	5%	61	-	96	-
Coroa Dinamarquesa (DKK)	5%	2.566	-	7.307	-

ii. Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2013 e 2012, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos financeiros disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 2011 unicamente por Unidades de Participação do Címvovel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação de Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Variação	JUN-13		DEZ-12		JUN-12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
FUNDO CIMOVEL	10%	-	319.511	-	311.640	-	312.186
FUNDO CIMOVEL	-10%	-	(319.511)	-	(311.640)	-	(312.186)

iii. Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	JUN-13		DEZ-12		JUN-12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Empréstimo – mútuo	1 p.p.	106.579	-	115.789	-	-	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	100.000	-	-	-	63.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p.	1.777	-	2.197	-	-	-
Papel Comercial	1 p.p.	-	-	210.000	-	255.000	-
Empréstimo MLP	1 p.p.	-	-	-	-	125.000	-
Total		208.356	-	327.987	-	443.000	-
Empréstimo – mútuo	(1 p.p.)	(106.579)	-	(115.789)	-	-	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	(100.000)	-	-	-	(63.000)	-
Descobertos Bancários	(1 p.p.)	(1.777)	-	(2.197)	-	-	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	-	-	(210.000)	-	(255.000)	-
Empréstimo MLP	(1 p.p.)	-	-	-	-	(125.000)	-
Total		(208.356)	-	(327.987)	-	(443.000)	-

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro.

iv. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 21.752.854 e 32.926.629 euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 17) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

v. Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)).

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Financiamento obtido	28.153.597	40.434.328	60.781.460
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.400.742	7.507.699	12.518.150
Endividamento líquido	21.752.855	32.926.629	48.263.310
Capital Próprio	128.314.862	129.235.390	129.837.877
Rácio de alavancagem financeira	14,5%	20,3%	27,1%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

vi. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", que, conforme divulgado em Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os períodos findo em 30 de junho de 2013 e 2012 encontram-se divulgados na Nota 23.

Em 30 de junho de 2013, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 23.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2.3 Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

30-06-2013	Moeda	Câmbio Final JUN-13	Câmbio Histórico Médio JUN-13	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2012
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados
31-12-2012	Moeda	Câmbio Final DEZ-12	Câmbio Histórico Médio DEZ-12	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2011
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. Empresas do grupo incluídas na consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	JUN-13	DEZ-12
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Components, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,39%
Caetano Retail (Norte) II SGPS, S.A.	49,20%	49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	49,20%	49,20%
Caetano Colisão (Norte), S.A.	49,20%	49,20%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%
Caish - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.	98,40%	98,39%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

No semestre não se verificaram alterações ao perímetro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Numerário	152.577	147.923	254.957
Depósitos bancários	6.246.191	7.357.203	12.190.071
Equivalentes a Caixa	1.974	2.573	73.122
	6.400.742	7.507.699	12.518.150

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 30 de junho de 2013 no montante de, aproximadamente, 44 milhões de euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30-06-2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativo fixo tangível em Curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.133	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.357	231.217.627
Adições	48.907	31.337	171.682	9.298.558	13.729	22.243	261.624	9.848.080
Alienações e abates	(54.560)	(328.040)	(359.342)	(6.442.857)	(19.280)	(71.202)	-	(7.275.281)
Transferências	903.473	-	(159.820)	-	-	159.820	(903.473)	-
Saldo final em 30 de junho de 2013	17.535.339	92.023.430	59.203.219	51.352.733	7.686.323	4.195.874	1.793.508	233.790.426
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	-	57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815	-	147.750.778
Amortização do exercício	-	1.212.906	824.420	4.273.044	65.248	83.788	-	6.459.406
Alienações, abates e transferências	-	(325.827)	(487.732)	(2.862.255)	(19.280)	57.445	-	(3.637.649)
Saldo final em 30 de junho de 2013	-	58.711.479	54.213.595	26.453.148	7.389.265	3.805.048	-	150.572.535
Valor líquido	17.535.339	33.311.951	4.989.624	24.899.585	297.058	390.826	1.793.508	83.217.891
30-06-2012								
30-06-2012	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativo fixo tangível em Curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
Adições	-	428.043	149.149	14.716.707	13.972	48.738	465.579	15.822.188
Alienações e abates	-	(222.126)	(695.586)	(8.779.867)	(28.260)	(69.482)	-	(9.795.321)
Transferências	-	68.796	(113.180)	-	-	113.180	(68.796)	-
Saldo final em 30 de junho de 2012	14.632.311	87.048.118	59.213.766	62.237.441	7.688.091	4.255.745	3.071.839	238.147.311
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	-	55.566.616	52.409.163	23.568.102	7.214.027	3.529.173	-	142.287.081
Amortização do exercício	-	1.361.176	1.008.162	5.556.008	80.649	114.742	-	8.120.737
Alienações, abates e transferências	-	(153.427)	(676.848)	(3.389.697)	(28.261)	59.165	-	(4.189.068)
Saldo final em 30 de junho de 2012	-	56.774.365	52.740.477	25.734.413	7.266.415	3.703.080	-	146.218.750
Valor líquido	14.632.311	30.273.753	6.473.289	36.503.028	421.676	552.665	3.071.839	91.928.561

Os movimentos registados na rubrica "Equipamento de transporte" referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga ("Empilhadores") ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

À data de referência 31 de dezembro de 2012, o Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	JUN-13		
	Valor Bruto	A. Acumuladas	Valor Líquido
Ativos Fixos Tangíveis	10.403.443	3.658.671	6.744.772

	DEZ-12		
	Valor Bruto	A. Acumuladas	Valor Líquido
Ativos Fixos Tangíveis	10.431.622	3.457.108	6.974.513

6. Propriedades de investimento

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 1.344.872 euros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 (1.402.924 euros em 30 de junho de 2012) (Nota 29).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 47 milhões de euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	Local	JUN-13		DEZ-12		JUN-12	
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação (2011)	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação (2011)	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação (2010)
Instalações Fabris	V.N. Gaia	806.092	9.048.000	854.709	9.048.000	909.692	9.121.000
Instalações Fabris	Carregado	6.143.955	20.928.000	6.190.974	20.928.000	6.238.235	21.026.000
Armazém Industrial	V.N. Gaia	1.301.855	6.003.000	1.353.476	6.003.000	1.405.097	6.111.000
Instalações Comerciais	Vários locais	2.719.943	5.335.400	2.790.003	5.335.400	3.034.950	5.760.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.505.492	4.446.000	3.525.476	4.446.000	3.955.357	4.633.000
Outros		1.273.453	1.247.000	1.288.147	1.247.000	1.302.842	1.327.000
		15.750.790	47.007.400	16.002.786	47.007.400	16.846.173	47.978.000

O justo valor das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada no exercício de 2012 por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 30 de junho de 2013 e 2012 foi como se segue:

30-06-2013

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	9.384.013	31.950.557	41.334.570
Alienação	-	(49.299)	(49.299)
Saldo final	9.384.013	31.901.258	41.285.271

Amortizações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	25.331.784	25.331.784
Aumentos	-	251.801	251.801
Alienação	-	(49.229)	(49.229)
Transferências	-	125	125
Saldo final	-	25.534.481	25.534.481

30-06-2012

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	9.813.893	32.576.383	42.390.276
Alienação	-	(29.562)	(29.562)
Saldo final	9.813.893	32.546.821	42.360.714

Amortizações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	25.276.320	25.276.320
Aumentos	-	268.025	268.025
Alienação	-	(29.562)	(29.562)
Transferências	-	(242)	(242)
Saldo final	-	25.514.541	25.514.541

7. Goodwill

Durante o período findo em 30 de junho de 2013 e 2012 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica Goodwill.

A rubrica Goodwill diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Ativos intangíveis

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30-06-2013	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	140.817	81.485	2.016.656	1.188	2.240.146
Adições	-	-	5.000	12.373	17.373
Saldo final em 30 de junho de 2013	140.817	81.485	2.021.656	13.561	2.257.519
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389	-	1.504.297
Amortização do exercício	11.648	-	73.434	-	85.082
Alienações, abates e transferências	(194)	-	(1.466)	-	(1.660)
Saldo final em 30 de junho de 2013	105.877	81.485	1.400.357	-	1.587.719
Valor líquido	34.940	-	621.299	13.561	669.800

30-06-2012	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
Adições	-	-	-	594	594
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final em 30 de junho de 2012	140.816	81.485	2.016.656	1.188	2.240.145
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	71.519	81.485	1.180.059	-	1.333.063
Amortização do exercício	11.648	-	74.243	-	85.891
Alienações, abates e transferências	(196)	-	-	-	(196)
Saldo final em 30 de junho de 2012	82.971	81.485	1.254.302	-	1.418.758
Valor líquido	57.845	-	762.354	1.188	821.387

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. Investimentos financeiros

9.1. Investimentos disponíveis para venda

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 os movimentos ocorridos na rubrica "Investimentos disponíveis para venda" foi como se segue:

	NÃO CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Investimentos disponíveis para venda			
Justo valor em 1 de janeiro	3.181.038	3.092.979	3.092.979
Aumento/(diminuição) no justo valor	78.713	88.059	93.515
Justo valor na data de referência	3.259.751	3.181.038	3.186.494

A 30 de junho de 2013, os "Investimentos disponíveis para venda" decompõem-se da seguinte forma:

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado C móvel: 3.195.115 euros – referem-se a 580.476 Unidades de Participação do C móvel - Fundos de Investimento Imobiliários, S.A., estando as mesmas registadas pelo seu justo valor a 30 de junho de 2013. De referir que o custo de aquisição das referidas unidades de participação ascendeu a 3.013.947 euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 181.168 euros, que reflete a valorização subsequente do mesmo;

Os restantes "Investimentos disponíveis para venda" representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 do registo dos "Investimentos disponíveis para venda" ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	JUN-13	JUN-12
Varição no justo valor	78.713	93.515
Imposto diferido passivo	(20.859)	(24.781)
	57.854	68.734

10. Inventários

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	5.783.511	5.149.542	6.851.762
Produtos e Trabalhos em Curso	1.548.657	1.380.575	3.986.511
Produtos Acabados e Intermédios	3.738.362	3.199.930	6.227.121
Mercadorias	31.542.855	36.870.898	37.498.391
	42.613.385	46.600.945	54.563.785
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 23)	(1.593.922)	(1.765.086)	(2.752.951)
	41.019.463	44.835.859	51.810.834

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O custo das vendas, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi apurado como se segue:

	JUN-13			JUN-12		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	36.870.898	5.149.542	42.020.440	50.095.180	10.714.407	60.809.587
Compras Líquidas	69.085.631	7.940.464	77.026.095	61.895.436	9.356.711	71.252.147
Existências Finais	(31.542.855)	(5.783.511)	(37.326.366)	(37.498.391)	(6.851.762)	(44.350.153)
Total	74.413.674	7.306.495	81.720.169	74.492.225	13.219.356	87.711.581

A variação da produção nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi apurada como se segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	JUN-13	JUN-12
Existências finais	5.287.019	10.213.632
Regularização de existências	(1.484)	6.073
Existências iniciais	(4.580.505)	(10.700.377)
Total	705.030	(480.672)

11. Clientes

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES			ATIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Clientes, conta corrente	44.597.913	44.815.712	43.643.266	101.435	111.718	1.083.786
Clientes, letras a receber	10.855	77.210	6.517	-	-	-
Clientes cobrança duvidosa	9.879.457	9.877.836	11.149.489	-	-	-
	54.488.225	54.770.758	54.799.272	101.435	111.718	1.083.786
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 23)	(11.880.914)	(11.878.914)	(12.616.924)	-	-	-
	42.607.311	42.891.844	42.182.348	101.435	111.718	1.083.786

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível essencialmente às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

30-06-2013	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	20.554.963	2.320.369	1.938.365	11.835.614	36.649.311
Funcionários	-	-	-	178.732	178.732
Concessionários Independentes	4.883.947	309.253	72.193	615.310	5.880.703
Total	25.438.910	2.629.622	2.010.558	12.629.656	42.708.746

31-12-2012	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	21.916.799	2.393.061	999.502	15.056.859	40.366.221
Funcionários	18	-	509	208.367	208.894
Concessionários Independentes	3.876.010	177.315	112.458	263.742	4.429.525
Total	25.792.827	2.570.376	1.112.469	15.528.968	45.004.640

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

30-06-2013	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	-	-	-	2.001.457	2.001.457
Clientes Cobrança Duvidosa	-	4.421	-	9.875.036	9.879.457
Total	-	4.421	-	11.876.493	11.880.914

31-12-2012	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes Cobrança Duvidosa	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.877.836
Total	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.877.836

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES			ATIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Adiantamentos a fornecedores	395.801	27.679	47.151	-	-	-
Outros devedores	5.743.199	7.630.251	8.410.742	313.000	313.000	-
	6.139.000	7.657.930	8.457.893	313.000	313.000	-

A rubrica "Outros devedores" inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de euros (5,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) que corresponde a pagamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel, refaturados à sociedade responsável pelo financiamento da obra. O montante em dívida será recebido no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 30 de junho de 2013, o montante de, aproximadamente, 800.000 euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. (800.000 euros em 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012).

13. Outros ativos correntes

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Devedores por Acréscimos de rendimentos			
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus de fornecedores	612.357	1.065.633	247.494
Reclamações de Garantia	359.679	447.621	367.944
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	214.333	217.896	22.199
Cedência de pessoal	112.815	-	117.616
Seguros	20.521	20.835	69.194
Juros a receber	14.820	467.732	139.966
Outros	238.983	182.863	252.184
	1.573.508	2.402.580	1.216.597
Gastos a reconhecer			
Seguros	351.490	187.065	361.680
Juros	162.371	90.276	235.770
Rendas	64.296	133.677	123.898
Fundo de Pensões	48.745	-	92.744
Encargos com garantias bancárias	13.187	-	59.583
Mútuos acordos	-	-	264.122
Custos oficiais	-	15.487	-
Outros	266.516	166.553	220.669
	906.604	593.058	1.358.466
Total	2.480.112	2.995.638	2.575.063

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. Impostos correntes e diferidos

O detalhe e movimento no semestre dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 30 de junho de 2013 e 2012, podem ser resumidos como se segue:

30-06-2013	DEZ-12	Variações de perímetro	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	JUN-13
Impostos diferidos ativos:					
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	735.612	-	-	-	735.612
Prejuízos fiscais reportáveis	1.825.674	-	-	-	1.825.674
Margem intragrupo	686.150	-	26.807	-	712.957
Anulação de gastos a reconhecer	18.521	-	-	-	18.521
Valorização de instrumentos derivados	174.971	-	(84.060)	-	90.911
	3.440.928	-	(57.253)	-	3.383.675
Passivos por impostos diferidos :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.077.444)	-	-	-	(1.077.444)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(310.448)	-	-	-	(310.448)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(95.267)	-	-	-	(95.267)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(18.334)	-	-	-	(18.334)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(997.679)	-	-	-	(997.679)
	(2.499.172)	-	-	-	(2.499.172)
Efeito Líquido (Nota 25)			(57.253)	-	
30-06-2012					
30-06-2012	DEZ-11	Variações de perímetro	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	JUN-12
Impostos diferidos ativos:					
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	909.496	-	-	-	909.496
Prejuízos fiscais reportáveis	157.111	-	-	-	157.111
Margem intragrupo	876.797	-	50.137	-	926.934
Anulação de gastos a reconhecer	27.781	-	-	-	27.781
Valorização de instrumentos derivados	117.664	-	40.009	-	157.673
	2.088.849	-	90.146	-	2.178.995
Passivos por impostos diferidos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.090.890)	-	-	-	(1.090.890)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(368.225)	-	-	-	(368.225)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(142.899)	-	-	-	(142.899)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(24.445)	-	-	-	(24.445)
	(1.626.459)	-	-	-	(1.626.459)
Efeito Líquido (Nota 25)			90.146	-	

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e anos seguintes: 5 anos

Em 30 de junho de 2013 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

Com limite de data de utilização:	JUN-13		Data limite de utilização
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos ativos	
Gerados em 2007			
- Auto Partner CA, S.A.	81.957	-	2013
- Caetano Colisão, S.A.	1.100.930	-	2013
Gerados em 2008			
- Caetano Colisão, S.A.	117.929	-	2014
- Auto Partner CA, S.A.	343.145	-	2014
Gerados em 2009			
- Auto Partner CA, S.A.	409.584	-	2015
Gerados em 2011			
- Auto Partner CA, S.A.	193.548	-	2015
- Caetano Colisão, S.A.	58.577	-	2015
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	2.196.396	549.099	2015
Gerados em 2012			
- Auto Partner CA, S.A.	296.350	-	2017
- Caisb, S.A.	21.391	5.669	2017
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.083.624	1.270.906	2017
	9.903.430	1.825.674	

O Grupo apenas reconhece ativos por impostos diferidos quando se encontram reunidos os pressupostos exigíveis, nomeadamente a respetiva recuperabilidade futura.

Em 30 de junho de 2013 e 2012 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	30-06-2013	30-06-2012
Portugal	26,5% - 25%	26,5% - 25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%

Com exceção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto no caso de prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. Capital próprio

Em 30 de junho de 2013, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2013, não foi pago qualquer dividendo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

16. Interesses não controlados

O movimento desta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi como se segue:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Saldo inicial em 1 de janeiro	812.346	1.058.180	1.058.180
Outros	(3.387)	(9.813)	(9.818)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(75.092)	(236.021)	(118.307)
	733.867	812.346	930.055

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

Subsidiária	% INC	Interesses Não Controlados	Resultado do exercício de Interesses Não Controlados
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S.A.	0,02%	4.580	-
Caetano Components, S.A.	0,02%	(424)	(72)
Caetano Auto CV, S.A.	18,76%	1.098.270	(29.509)
Caetano Renting, S.A.	0,02%	304	(12)
Caetano - Auto, S.A.	1,60%	683.859	(15.171)
Caetano Retail (Norte) II SGPS, S.A.	50,80%	1.015.762	(1.224)
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	50,80%	(939.106)	(59.764)
Caetano Colisão (Norte), S.A.	50,80%	(1.058.339)	28.863
Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.	1,60%	(71.040)	1.797
		733.867	(75.092)

O resumo da informação financeira a junho de 2013 das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

Rubrica	Caetano Auto	Caetano Retail (Norte) II, SGPS	APCA	Caetano Colisão (Norte)	Cais B
Ativo Não Corrente	53.624.236	-	59.515	139.098	257.237
Ativo Corrente	38.581.884	3.334.397	2.308.202	3.999.008	477.528
Total Ativo	92.206.119	3.334.397	2.367.717	4.138.105	734.765
Passivo Não Corrente	5.492.807	352.145	-	1.415.038	26.720
Passivo Corrente	48.601.053	4.800.221	3.014.573	2.486.175	104.621
Capital Próprio	38.112.259	(1.817.969)	(646.856)	236.892	603.424
Vendas e Prestações de Serviços	63.149.931	-	3.211.807	2.544.077	197.568
Resultados Operacionais	(603.500)	(1.363)	(107.923)	79.280	193.438
Resultados Financeiros	(40.628)	(1.046)	(1.484)	(931)	543
Impostos	(150.000)	-	(4.000)	(22.763)	(51.405)
Resultado Líquido	(794.128)	(2.409)	(113.407)	55.587	142.576

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Caetano Components	Caetano Renting	Saltano	Movicargo	Caetano Auto CV
Rubrica					
Ativo Não Corrente	1.332.838	13.365.763	23.631.458	340.000	1.714.742
Ativo Corrente	2.767.511	3.088.240	4.063.355	83.011	5.097.279
Total Ativo	4.100.349	16.454.004	27.694.812	423.011	6.812.021
Passivo Não Corrente	127.492	200.014	-	-	-
Passivo Corrente	2.812.377	14.477.173	6.219.197	-	1.000.163
Capital Próprio	1.160.480	1.776.817	21.475.615	423.011	5.811.858
Vendas e Prestações de Serviços	661.249	1.766.736	-	-	3.079.436
Resultados Operacionais	(321.954)	(97.955)	(1.290)	(7.888)	(158.163)
Resultados Financeiros	(2.212)	(702)	-	6.698	(10)
Impostos	-	-	-	-	-
Resultado Líquido	(324.165)	(98.657)	(1.290)	(1.190)	(158.172)

17. Financiamentos obtidos

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho 2012 os financiamentos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	JUN-13			DEZ-12			JUN-12		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	11.842.105	8.815.790	20.657.895	22.842.106	9.736.842	32.578.948	39.642.105	10.657.895	50.300.000
Locações	1.194.568	4.824.496	6.019.064	1.301.109	4.721.215	6.022.324	1.302.767	4.603.216	5.905.983
Descobertos Bancários	177.658	-	177.658	219.731	-	219.731	2.682.082	-	2.682.082
Outros Empréstimos	628.689	670.291	1.298.980	628.689	984.636	1.613.325	628.690	1.264.705	1.893.395
	13.843.020	14.310.577	28.153.597	24.991.635	15.442.693	40.434.328	44.255.644	16.525.816	60.781.460

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

Descrição/Empresa beneficiária	30-06-2013			
	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	8.815.790	8.815.790	22-06-2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	545.356	545.356	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	124.935	124.935	24-04-2009	5 anos
	9.486.081	9.486.081		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	177.658	17.500.000		
Subsídio reembolsável	628.689	628.689	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
	12.648.452	34.970.794		
	22.134.533	44.456.875		

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição/Empresa beneficiária	31-12-2012			
	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	9.736.842	9.736.842	22-06-2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	818.034	818.034	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	166.601	166.601	24-04-2009	5 anos
	10.721.478	10.721.478		
Corrente				
Empréstimos - mútuo				
Descobertos bancários	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Subsídio reembolsável	219.731	17.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	628.690	628.690	30-01-2009	5 anos
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000		
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	7.000.000	7.000.000	27-12-2012	5 anos
Caetano Auto	1.500.000	10.400.000	28-09-2007	2 anos
	23.690.526	57.370.795		
	34.412.004	68.092.273		

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 35):

- Empréstimos - mútuo: 10.657.895;

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1% e 6,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

JUN-13	2014	2015	Total
Subsídio reembolsável:			
Amortização	628.689	545.356	1.174.045
	628.689	545.356	1.174.045

Em 30 de junho de 2013 a rubrica "Outros Empréstimos" é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2010, com o seguinte plano de reembolso:

	30-06-2013
2014	628.689
2015 e seguintes	670.291
	1.298.980

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

Contrato	Bem locado	Curto Prazo	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			2015	2016	2017	> 2018		
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	12.669	-	-	-	-	-	12.669
	Juros	293	-	-	-	-	-	293
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	93.461	94.263	95.079	95.902	461.571	746.814	840.275
	Juros	6.874	6.066	5.250	4.427	9.547	25.290	32.164
559769	Instalações comerciais							
	Capital	60.046	60.462	60.889	61.319	775.164	957.834	1.017.880
	Juros	6.972	6.548	6.121	5.691	32.662	51.023	57.995
626064	Instalações comerciais							
	Capital	142.148	147.204	152.439	157.861	1.317.362	1.774.867	1.917.015
	Juros	64.228	59.172	53.936	48.515	170.570	332.193	396.421
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	886.244	313.804	316.350	328.457	386.371	1.344.982	2.231.226
	Juros	84.279	34.776	55.872	35.958	18.413	145.018	229.297
	Total Capital	1.194.568	615.732	624.757	643.539	2.940.468	4.824.496	6.019.064
	Total Juros	162.646	106.562	121.179	94.590	231.192	553.524	716.170

Maturidade da dívida

As maturidades dos financiamentos existentes em 30 de junho de 2013 são as seguintes:

	2014	2015	2016	2017	> 2017	Total
Empréstimos – mútuo	1.842.105	1.842.105	1.842.105	1.842.105	3.289.475	10.657.895
Descobertos Bancários	177.658	-	-	-	-	177.658
Contas correntes caucionadas	10.000.000					10.000.000
Locações Financeiras	1.194.568	615.732	624.757	643.539	2.940.468	6.019.064
Subsídios reembolsáveis	628.689	549.294	14.957	64.981	41.059	1.298.980
Total financiamentos	13.843.020	3.007.131	2.481.819	2.550.625	6.271.002	28.153.597

18. Fornecedores

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Acionistas	25.942	33.501	33.501
Adiantamentos de Clientes	553.021	689.470	409.601
Outros Credores	1.538.995	1.722.651	2.101.691
	2.117.958	2.445.622	2.544.793

20. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, a presente rubrica decompõe-se do seguinte modo:

	ATIVOS CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Estado e outros Entes Públicos:			
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.035.996	228.104	2.141.147
	1.035.996	228.104	2.141.147

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Estado e outros Entes Públicos:			
Retenção de impostos sobre o Rendimento	391.220	277.937	312.530
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.480.215	3.805.230	4.758.489
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 25)	453.168	843.437	(285.341)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto recuperar)	(48.149)	-	(98.646)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	(100.080)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(653.013)	(589.872)	(1.660.049)
Imposto Automóvel	1.275.918	713.497	1.026.946
Direitos aduaneiros	93.463	60.594	87.747
Contribuições para a Segurança Social	734.801	596.122	757.965
Outros	238.118	218.377	233.792
	7.865.660	5.925.322	5.133.433

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. Outros passivos correntes

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como se segue:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Credores por Acréscimos de Gastos			
Encargos com férias e subsídios de férias	6.345.422	4.517.130	6.746.104
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.202.397	1.122.253	1.202.769
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	624.637	1.030.404	-
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	575.875	647.848	903.857
Gastos de aprovisionamento	395.406	266.792	-
Antecipação de encargos com FSE's	382.035	465.123	438.962
Seguros a liquidar	359.488	201.243	475.341
Comissões a liquidar	291.069	799.671	470.144
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	206.382	283.824	418.832
Reclamações de garantia	140.298	48.200	115.125
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis	98.391	84.180	75.014
Royalties	42.380	49.599	52.409
Juros a liquidar	32.547	57.000	50.311
Trabalhos especializados	10.527	-	69.924
Comissões de gestão do fundo de pensões	-	651.788	-
Responsabilidade por pensões	-	975.081	-
Outros	1.536.972	195.351	1.317.553
	12.243.825	11.395.487	12.336.345
Rendimentos a reconhecer			
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	938.940	875.318	939.028
Contratos de Manutenção / Assistência	695.629	-	-
Subsidio ao investimento	543.402	553.373	662.849
Aluguer de equipamento	-	-	283.749
Juros debitados a clientes	-	13.079	-
Outros	353.375	527.635	195.740
	2.531.346	1.969.405	2.081.366
Total	14.775.171	13.364.892	14.417.711

22. Responsabilidades por pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e 23 de dezembro de 2002.

Em 30 de junho de 2013, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados em 2012 pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente. A esta data foram utilizados os pressupostos conforme 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2013 foi efetuada no Grupo Toyota Caetano uma dotação para reforço do Fundo de Pensões em apreço, que ascendeu a, aproximadamente, 184 milhares de euros (557 milhares de euros em 30 de junho de 2012).

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

30-06-2013

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 9)	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	11.878.914	-	-	2.000	11.880.914
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.765.086	36.598	(207.762)	-	1.593.922
Provisões	315.464	44.625	-	(33.725)	326.364

30-06-2012

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 9)	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	12.555.905	60.815	-	204	12.616.924
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	2.489.764	310.629	(47.442)	-	2.752.951
Provisões	345.026	46.045	-	(37.715)	353.356

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Provisão para garantias	126.350	115.450	153.342
Processos Judiciais em curso	200.014	200.014	200.014
	326.364	315.464	353.356

24. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 30 de junho de 2013 respeitam a:

Swaps Taxa de Juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2013 era negativo em 287.399 euros (em 30 de junho de 2012 era negativo em 445.108 euros) e compreende uma exposição total de 20 milhões de euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de dezembro de 2010 e uma exposição de 10.657.895 euros pelo prazo de 6 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 30 de junho de 2013 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – inputs indiretamente observáveis no mercado).

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresenta-se, em seguida, um quadro-resumo com as principais características dos referidos contratos:

Derivado	Taxa Swap	Justo Valor		Variação em Resultado
		JUN-13	DEZ-12	
Swap Taxa de Juro	1,9975%	-135.030	-277.641	142.611
Swap Taxa de Juro	1,9935%	-43.355	-89.427	46.072
Swap Taxa de Juro	1,1000%	-109.014	-231.817	122.803
		-287.399	-598.885	311.486

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

25. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012 são detalhados como se segue:

	JUN-13	JUN-12
Insuficiência de estimativa de imposto	1.141	-
Excesso de estimativa de imposto	(157.363)	-
Estimativa de imposto do período (Nota 20)	453.168	(285.341)
Imposto diferido (Nota 14)	57.253	(90.146)
	354.199	(375.486)

26. Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos e atividade

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, foi como se segue:

Mercado	JUN-13		JUN-12	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	96.731.016	90,01%	102.405.580	87,35%
Palop's	4.682.757	4,36%	5.411.803	4,62%
Bélgica	5.178.348	4,82%	6.890.931	5,88%
Alemanha	155.437	0,14%	1.454.836	1,24%
Espanha	236.446	0,22%	21.942	0,02%
Reino Unido	63.992	0,06%	133.474	0,11%
Outros Mercados	419.231	0,39%	912.263	0,78%
	107.467.227	100,00%	117.230.829	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

Atividade	JUN-13		JUN-12	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	74.814.567	69,62%	80.368.129	68,56%
Peças	23.342.817	21,72%	24.641.079	21,02%
Reparações	6.849.896	6,37%	7.443.024	6,35%
Outros	2.459.947	2,29%	4.778.597	4,08%
	107.467.227	100,00%	117.230.829	100,00%

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	JUN-13	JUN-12
Subcontratos	877.084	870.483
Serviços especializados	7.776.404	8.759.282
Trabalhos especializados	2.487.438	2.530.517
Publicidade e propaganda	3.928.431	4.910.201
Vigilância e segurança	247.937	306.550
Honorários	409.485	356.994
Comissões	78.487	97.402
Conservação e reparação	624.626	557.618
Materiais	252.824	211.343
Energia e fluidos	1.399.265	1.543.743
Deslocações, estadas e transportes	819.349	892.773
Deslocações e estadas	458.487	460.771
Transportes de pessoal	47.396	49.084
Transportes de mercadorias	313.466	382.918
Outros		
Serviços diversos	5.883.514	5.498.444
Rendas e alugueres	1.181.967	1.334.919
Comunicação	367.765	370.236
Seguros	574.970	521.170
Royalties	125.938	195.160
Contencioso e notariado	19.121	9.307
Limpeza, higiene e conforto	286.397	416.964
Outros serviços	3.327.356	2.650.688
	17.008.440	17.776.068

28. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	JUN-13	JUN-12
Remunerações dos órgãos sociais	191.662	202.906
Remunerações do pessoal	12.276.683	12.900.980
Pensões	894.365	507.076
Indemnizações	409.868	378.948
Encargos sobre remunerações	3.001.447	3.070.834
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	184.016	191.454
Outros gastos com o pessoal	1.316.721	1.492.225
Total	18.274.762	18.744.423

28.1. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foram como se segue:

Órgãos Sociais	JUN-13	JUN-12
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	318.433	324.318
Remuneração variável	-	-

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Durante os períodos de seis meses findos em junho de 2013 e 2012, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	JUN-13	JUN-12
Empregados	1.033	1.203
Assalariados	479	567
	1.512	1.770

29. Outros rendimentos e gastos operacionais

Em 30 de junho de 2013 e 2012, as rubricas "Outros rendimentos operacionais" e "Outros gastos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	JUN-13	JUN-12
Aluguer de equipamento	4.605.342	4.936.244
Recuperação de garantias (Toyota)	4.457.234	3.066.922
Mais - valias na alienação de ativo fixo tangível	724.764	630.764
Trabalhos para a própria empresa	754.763	735.809
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	705.759	625.746
Serviços prestados	723.362	874.172
Subsídios à exploração	844.030	1.045.713
Recuperação de despesas rendas	382.452	512.578
Recuperação de despesas de transporte	163.295	220.373
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1.140.385	540.309
Materiais de consumo	10.996	10.313
Recuperação de liquidações fiscais	-	363.183
Rendimentos de Imóveis (Nota 6)	1.344.872	1.402.924
Outros	984.716	1.393.716
Total	16.841.971	16.358.765

Outros gastos operacionais	JUN-13	JUN-12
Impostos	370.490	527.492
Dívidas incobráveis	1.417	-
Perdas em Inventários	(19.817)	(9.378)
Descontos pronto pagamento concedidos	1.915	11.840
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	93.271	10.283
Correções relativas a exercícios anteriores	43.258	5.761
Donativos	6.323	250
Quotizações	8.698	5.975
Multas e penalidades	1.415	65.519
Outros não especificados	468.190	511.102
	975.160	1.128.844

A rubrica de Outros gastos operacionais refere-se essencialmente a gastos com incentivos comerciais e bonificações.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30. Resultados financeiros

Em 30 de junho de 2013 e 2012, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas financeiros	JUN-13	JUN-12
Juros Suportados	1.148.168	1.341.768
Outros gastos e perdas financeiros	351.745	391.213
	1.499.913	1.732.981

Rendimentos e Ganhos financeiros	JUN-13	JUN-12
Juros Obtidos	172.772	100.074
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	317.209	-
	489.981	100.074

31. Ativos e passivos financeiros

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 30 de junho de 2013, a 31 de dezembro 2012 e a 30 junho de 2012:

Descrição	Ativos Financeiros			Passivos Financeiros		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	287.399	604.608	539.333
Investimento Financeiros Disponíveis para Venda	3.259.751	3.181.038	3.186.494	-	-	-
Clientes	44.428.340	43.003.562	43.266.134	-	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	6.139.000	7.657.930	8.457.893	-	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - não corrente	313.000	313.000	-	-	-	-
Outros Ativos Correntes	2.480.112	2.995.638	2.575.063	-	-	-
Empréstimos Bancários	-	-	-	20.657.895	32.578.948	50.300.000
Locações financeiras	-	-	-	6.019.064	6.022.324	5.905.983
Descobertos Bancários	-	-	-	177.658	219.731	2.682.082
Outros Empréstimos	-	-	-	1.298.980	1.613.326	1.893.395
Dívidas a Terceiros	-	-	-	3.837.552	2.445.622	2.544.793
Estado e Outros Entes Públicos	1.035.996	228.104	2.141.147	7.865.660	5.925.322	5.133.433
Outros Passivos Correntes	-	-	-	14.775.171	13.364.892	14.417.711
Fornecedores	-	-	-	22.151.180	18.105.176	24.002.266
Caixa e Equivalentes a caixa	6.400.742	7.507.699	12.518.150	-	-	-
	64.056.941	64.886.971	72.144.881	77.070.559	80.879.949	107.418.996

Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

Descrição	Ativos Financeiros			Passivos Financeiros		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	(287.399)	(604.608)	(539.333)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	3.259.751	3.181.038	3.186.494	-	-	-
	3.259.751	3.181.038	3.186.494	(287.399)	(604.608)	(539.333)

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Classificação e Mensuração

Descrição ao justo valor	Ativo disponível para venda		Instrumentos derivados		Nível
	ao justo valor	ao custo	cobertura de fluxos de caixa	negociação	
Fundo Cível	3.195.115	-	-	-	1)
Diversos	-	64.636	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(287.399)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.195.115 euros (3.116.402 euros em 2012);

nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivados de negociação (swaps e forward): -287.399 euros (-604.608 euros em 2012);

nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

Descrição	Impacto em Cap. Próprio			Impacto em Resultados		
	JUN-13	DEZ-12	JUN-12	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-317.209	216.252	150.978
Investimento Financeiros Disponíveis para Venda	78.713	88.059	93.515	-	-	-
	78.713	88.059	93.515	-317.209	216.252	150.978

32. Locação operacional

Pagamentos mínimos de locação operacional	JUN-13	DEZ-12
Não mais de um ano	1.922.310	1.860.352
Mais de um ano e não mais de cinco	5.528.427	5.679.718
Mais de cinco	2.295.528	3.436.300
	9.746.265	10.976.370

33. Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa Relacionadas	Dívidas Comercias		Produtos		A.F. Tangíveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquis./Alien.	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
ALBITIN- CIMFT, LDA	-	1.747	-	7.090	-	-	1.334	-	-
AMORIM BRITO & SARDINHA LDA	1.958	-	-	-	-	-	-	-	1.875
ATLÂNTICA-COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO ACTIVE (SUL),LDA	26.165	5.713	440	-	-	-	-	-	483
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	22.644	-	3.316	-	-	-	-	-	17.614
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	250.163	22.201	1.163.541	4.328	(9.508)	-	72.603	72.266	80.202
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE) S.A.	37.520	18.678	5.888	-	-	13.611	41.705	8.480	564
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE)S.A.	219.812	83.102	9.317	141.764	714.832	773.596	14.046	-	4.751
CAETANO FORMULA (NORTE),S.A.	25.358	69.160	13.035	83.787	-	30.193	23.644	8.132	4.444
CAETANO MOTORS , S.A.	24.218	761	2.393	2.236	-	17.771	385	-	2.869
CAETANO PARTS LDA	(1.072)	49.031	19.347	198	-	206.846	1.382	42	3.332
CAETANO POWER S.A.	837	26.286	4.319	64.705	-	4.353	2.613	-	5.792
CAETANO RETAIL SERVIÇOS S.A.	-	4.937	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	-	3.624	683	-	-	-	-	-	25.629
CAETANO SPAIN, S.A.	371.074	648	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO STAR (SUL) S.A.	-	34.134	550	-	-	-	-	-	1.666
CAETANO TECHNIK E SQUADRA LDA	22.227	152.862	17.266	209.089	10.851	33.682	13.672	-	3.389
CAETANO UK LIMITED	-	4.840	-	-	-	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS S.A.	7.963.890	206.909	909.831	11.337	-	253	145.377	76.200	1.109.909
CAETSU S.A.	3.361	120.481	7.275	4.787	-	-	887.332	1.200	1.599
CARPLUS-COMERCIO AUTOMOVEIS S.A.	203.954	42.353	10.371	-	-	38.903	1.046	709	4.928
CHOICE CAR-COMERCIO AUTOMOVEIS S.A.	212	-	-	-	-	-	-	-	633
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, S.A.	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	42.788	10.112	7.070	-	223.474	2.973	173.894	-	12.403
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-	167.829	-	-	-	-	6.637	-	-
DICUORE-DECORACAO S.A.	177	-	190	-	13.814	-	1.745	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	3.232	-	2.659	-	-	-	-	-	3.214
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	162.290	108.357	30.580	159.259	-	70.802	185.720	66.727	977
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,S.A.	-	1.595	162	29.346	-	70	10.536	-	-
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451	-	-	-	-	-	-	-	-
GUERIN RENT A CAR, SL	206.887	45.412	-	-	-	-	-	100.382	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	370.031	101.523	-	-	-	-	75.743	-	293.477
HDICUORE DESIGN, LDA	2.454	-	2.392	-	-	-	-	249	-
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	15.525	224	-	-	-	-	224	-	-
ISLAND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	703
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	305.317	137.271	180.053	23.543	(1.650)	-	68.420	750	14.589
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , S.A.	1.710	-	-	-	-	-	690	-	567
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS S.A.	2.061	6.709	-	31.536	-	-	396.921	1.437	15.700
NOVEF-SGPS	19.500	-	-	-	-	-	-	-	-
OESTE MAR, LDA	-	-	-	-	-	-	-	-	590
POAL	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	103.961	4.189	6.622	-	-	-	10.542	-	21.824
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	-	37.081	-	-	23.535	-	81.314	-	251
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	95.367	638.488	63.586	78.487	375	-	1.145.414	7.285	212.919
ROBERT HUDSON ,LTD	10.542	-	-	-	-	-	-	-	10.542
SALVADOR CAETANO AUTO AFRICA, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	18	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	508	-	-	-	-	-	-	-	35
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	374	-	-	-	-	-	-	-	365
VAS AFRICA (SGPS), S.A.	891	-	-	-	-	-	-	-	2.335
	10.579.258	2.106.938	2.460.885	851.492	975.724	1.193.051	3.362.937	343.877	1.860.170

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 4.605.342 euros (4.936.244 euros em 30 de junho de 2012) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (nota 29).

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

35. Ativos e passivos contingentes

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	JUN-13	DEZ-12	JUN-12
Por Créditos Abertos	211.942	243.175	277.546
Por Fianças Prestadas	11.397.714	13.578.088	13.206.124
Hipoteca Imóvel Prior Velho	-	-	14.797.000
	11.609.658	13.821.263	28.280.670

Dos montantes apresentados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 8.080.910 euros refere-se a caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto para prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram recuperados cerca de 934.446 euros, reconhecidos na rubrica de “Imposto sobre o Rendimento e operações continuadas”, referentes a decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial relativos às liquidações adicionais em sede de IRC dos períodos de 1995 (570.591 euros) e 1997, 1998 e 1999 (363.855 euros). Aos referidos montantes enunciados, acresceram juros indemnizatórios igualmente recebidos no valor de 352.203 euros.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 euros por via de reclamação graciosa.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 euros, registada na rubrica “Outros gastos operacionais” em exercícios anteriores.

Processos Judiciais em Curso

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para o Grupo, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável ao Grupo, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em setembro de 2011.

Em setembro de 2012, a Toyota Caetano foi notificada do acórdão da Relação, que não trouxe alterações relevantes à decisão tomada no julgamento de 2011.

Na sequência de novo recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, a Toyota Caetano apresentam contra-alegações em janeiro de 2013.

É convicção da administração de que não resultarão quaisquer tipo de responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

Informação relativa à área ambiental:

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o primeiro semestre de 2013.

04 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Veículos em fim de vida:

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

36. Resultados por ação

Os resultados por ação dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

Resultado	JUN-13	JUN-12
Básico	-998.184	-2.354.115
Diluído	-998.184	-2.354.115
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	-0,029	-0,067

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

37. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



05

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

05 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos a apreciação do relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao 1º semestre de 2013 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, procedemos, durante o período considerado, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respectivos registos. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Analizamos o relatório de Revisão Limitada elaborado pelo Auditor Registado na CMVM sob o nº 9077, com o qual concordamos.

Assim sendo,

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., sendo que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, acontecimentos mais importantes, desempenho e posição do Grupo, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

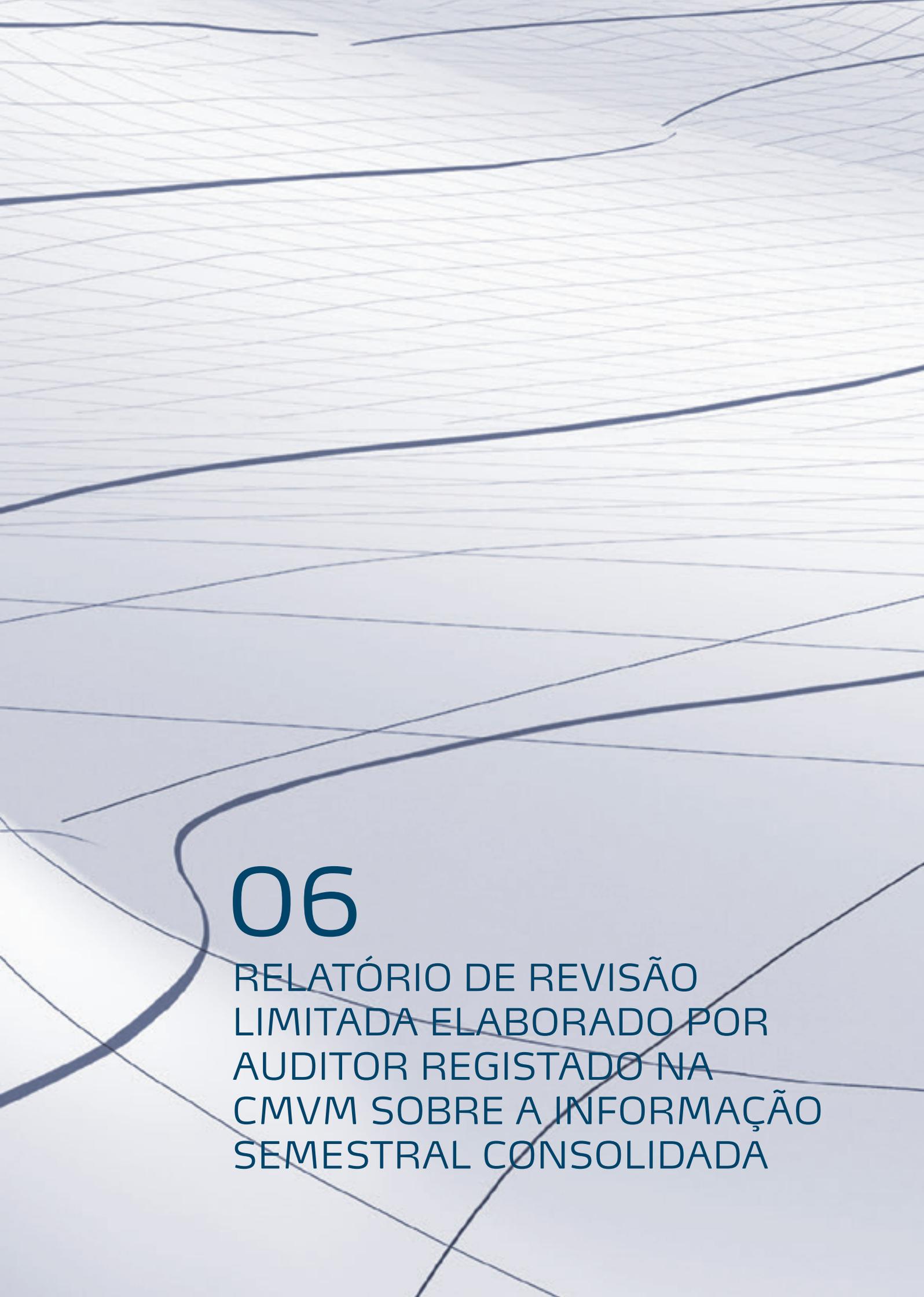
Nestes termos, somos do parecer que as demonstrações financeiras referentes ao período com termo em 30 de Junho de 2013 refletem de forma precisa o resultado de todas as operações desenvolvidas no mesmo período pelo Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 29 de agosto de 2013

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente

Alberto Luis Lema Mandim

Akito Takami



06

RELATÓRIO DE REVISÃO
LIMITADA ELABORADO POR
AUDITOR REGISTRADO NA
CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO
SEMESTRAL CONSOLIDADA

05 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, da Toyota Caetano Portugal, S.A., incluída: no Relatório consolidado de gestão, na Demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 206.990.963 euros e um total de capital próprio de 128.314.862 euros, o qual inclui interesses não controlados de 733.867 euros e um resultado líquido negativo de 923.092 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada de fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

05 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 contém distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos

9. Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

29 de agosto de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.



Toyota Caetano Portugal, S.A.